



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6175 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): DELIMITAÇÃO DO CAMPO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO (2017-2020)**

Janete Schwertz - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Valmir de Jesus Pinto - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): DELIMITAÇÃO DO CAMPO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO (2017-2020)**

Este texto é fruto de uma pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na linha de pesquisa em Educação, Políticas Públicas e Cidadania intitulada Políticas de formação de professores e de avaliação em larga escala em uma região de fronteira: repercussões no “chão” da escola pública catarinense.

O nosso objetivo nesta discussão foi mapear e delimitar a produção acadêmica e verificar o caminho trilhado trazendo presente a tradição, aspectos e dimensões que têm destaque, formas e condições de pesquisa utilizadas no campo do conhecimento.

Fizemos uma triagem nos principais acervos científicos tendo por base SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Capes Teses e Dissertações. A investigação e a delimitação do campo do conhecimento científico aconteceram tendo como descritores: *políticas de formação de professores, avaliação em larga escala e IDEB*.

O método desenvolvido na busca de dados foi identificar primeiramente artigos na plataforma SciELO a partir de cada um dos três descritores separadamente. Em seguida, buscar na base científica da capes apenas dissertações de cada descritor. Por fim, elencar também no acervo científico da capes as teses resultantes de cada descritor.

A metodologia que permeou a construção deste texto através da delimitação do campo de conhecimento foi de cunho bibliográfico e a pretensão foi a análise dos artigos, teses e dissertações, tendo um recorte temporal de 2017 a 2020.

Sabemos a importância do estado do conhecimento para embasar os estudos sobre um determinado tema, além de visibilizar uma tradição no campo da pesquisa. Conforme Morosini e Fernandes o estado de conhecimento tem uma função específica na pesquisa que é

a de produzir novidades na ciência de forma estruturada:

“[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo [...]” (Morosini, Fernandes, 2014, p.155)

Precisamos delimitar o campo do conhecimento científico e analisar a empiria do tema antes de iniciarmos a pesquisa na área das políticas educacionais. Nesta mesma direção Zanten nos faz refletir sobre o papel do conhecimento científico permeando as pesquisas e nos orienta sobre o poder que a mesma tem no ventre da sociedade “ o papel que tem, atualmente, o conhecimento científico como base de controle social, de poder e de avaliação da nossa sociedade” (Zanten, 2014, p.27)

Parafraseando Bordieu (1983) faz-se necessário considerar que a pesquisa científica é uma ciência que possui características próprias dentro de um campo social. Esta se destaca por ocorrer com forte influência do caráter de disputa de poder e com lutas e estratégias procurando cumprir seus interesses.

O pesquisador se descobre pesquisador procurando algo que lhe é estranho, através da construção de uma produção científica recorrendo a desmistificação daquilo que ele indaga. Para isto ocorrer ele deverá, porém, que buscar em acervos científicos o que já há produzido em relação ao tema. Verificando assim, a evolução da ciência em determinado tema e período. Em relação ao estado de conhecimento Soares afirma:

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (Soares, 1989, p. 3).

Assim na primeira triagem feita no acervo bibliográfico científico da SciELO com o descritor *políticas de formação de professores*, apareceram 429 artigos. Como o número de artigos era exorbitante, decidimos utilizar o termo “*políticas de formação de professores*”, escrevendo entre aspas, para que a delimitação fosse da expressão, isto nos trouxe 23 artigos. Destes 23 foram selecionados 6 artigos que faziam referência as políticas de formação de professores nas escolas públicas.

Demos continuidade à pesquisa na plataforma científica SciELO com a palavra-chave *avaliação em larga escala*, obtendo 131 artigos. E em seguida verificamos a partir do descritor “*avaliação em larga escala*”, com aspas, sendo que desta procura resultaram 26 artigos, dos quais foram selecionados 7 para análise que versavam sobre as políticas nacionais de avaliação em larga escala.

Em seguida utilizamos como descritor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- *IDEB*. Apareceram 43 artigos. Por ser um número bastante representativo, optamos por aplicar o descritor “*IDEB*” entre aspas, onde pôde ser constatado os mesmos 43. E fazendo uma seleção minuciosa destes foram selecionados 5 artigos que tratavam de análises sobre a influência do IDEB na educação escolar brasileira.

Iniciamos uma nova triagem com os mesmos descritores na Plataforma da Capes teses e dissertações com a palavra-chave *políticas de formação de professores* apareceram 1210639 trabalhos registradas. Um número exorbitante de teses e dissertações que nos fez continuarmos com a metodologia que usamos no acervo científico da SciELO. Colocando o

mesmo descritor, mas com aspas apareceram 173 teses e dissertações. Selecionamos apenas as dissertações resultando em 122 trabalhos e dentro do recorte temporal foram selecionados 13. Designamos 8 dissertações para prosseguirem na análise sendo que versavam sobre as políticas de formação de professores.

Dando sequência, usamos o descritor *avaliação em larga escala* que nos forneceu 1135448 trabalhos, mas como esse número era exorbitante, decidimos colocar aspas no mesmo descritor, aparecendo 281 trabalhos. Sendo que destes, 182 são dissertações. Dentro do recorte temporal resultaram em 11. Foram selecionadas 9 dissertações que estavam diretamente vinculadas a área de conhecimento e a avaliação em larga escala.

Por fim colocamos o terceiro descritor *IDEB*, através da qual obtivemos 630 trabalhos selecionados. Então, decidimos incluir o termo “*IDEB*”, com aspas, onde apareceram novamente os 630 trabalhos, destes 383 são dissertações. A partir do recorte temporal resultaram em 55. E 3 dissertações foram selecionadas porque estavam dentro da área de conhecimento e utilizadas na análise.

Nesta nova etapa da pesquisa no estado do conhecimento, procuramos seguir a mesma metodologia aplicada anteriormente, mas agora refinando a pesquisa na busca de teses. Com o descritor *políticas de formação de professores* selecionou 287782 trabalhos, então usamos o mesmo descritor, mas com aspas, obtendo 196 trabalhos. Procuramos selecionar apenas as teses, que nos deu o resultado de 54. Aplicamos o recorte temporal resultando em 8 teses. Refinamos com o filtro área do conhecimento, obtendo 5 teses que serão analisadas por explanarem sobre as políticas educacionais de formação de professores.

Dando sequência, inserimos o descritor *avaliação em larga escala* que nos forneceu 1135717 trabalhos, decidimos colocar aspas no mesmo descritor, aparecendo 323, destes 71 são teses. Assim aplicamos o recorte temporal, resultando em 18 teses. Aplicamos o filtro área de conhecimento para delimitar a pesquisa em educação, obtendo 4 teses que foram usadas na pesquisa.

Colocamos o terceiro descritor *IDEB*, através da qual obtivemos 630 trabalhos selecionados. Então, decidimos incluir o termo “*IDEB*” com aspas, onde apareceram novamente os 630 trabalhos. Selecionamos apenas 146 teses. Recortando temporalmente a pesquisa apareceram 36. Lançamos o filtro grande área do conhecimento e área de concentração, resultando em 3 dissertações e que foram utilizados na análise, pois traziam presente a dinâmica do IDEB no sistema brasileiro de avaliações externas.

Após a busca e seleção das produções científicas, separou-se para a análise aprofundada os 18 artigos, 20 dissertações e 11 teses.

Os resultados da pesquisa no acervo científico da capes teses e dissertações foram divididos para análise, observando alguns temas centrais: regiões brasileiras que se concentram as produções científicas; palavras-chave dessas produções focadas em políticas de formação de professores e/ ou de avaliação em larga escala- IDEB; principais autores de referência; explicitações sobre o tema pesquisado no resumo de cada trabalho científico.

Quanto ao quesito regionalização, das 31 teses e dissertações observadas foi possível verificar que as duas regiões que apresentam o maior número de produções são o Sul e o Sudeste com 8 trabalhos cada. Em seguida aparece o Nordeste com 7 publicações. E por fim, o Norte com 5 e Centro-oeste com 3 trabalhos. Dentre essas publicações podemos dizer que prevalecem as Universidades estaduais e federais como instituições onde defenderam suas produções científicas e ainda foram identificadas 21 universidades públicas estaduais.

Em relação as palavras-chave, encontramos nove trabalhos que contém relação direta com as políticas de formação de professores, por vezes, apresentando outra nomenclatura como formação docente. Dentro das palavras-chave avaliação em larga escala- IDEB encontramos catorze trabalhos com essa expressão. E ainda, foram oito trabalhos sem nenhuma das duas opções de conceito- chave, mas que apresentam o termo avaliação externa como: ANA, Prova Brasil, SAEB, além de algumas políticas de formação de professores como PNAIC, PARFOR, BNCC, entre outros. O que nos proporcionou a observação que nenhuma destas teses ou dissertações possui em suas palavras-chave as duas expressões: políticas de formação de professores e avaliação em larga escala- IDEB. Não necessariamente no texto esteja tão somente focado num tema ou outro, mas este achado foi importante quesito para afirmar ser importante a busca que traçamos a princípio, onde procuraremos desenvolver a nossa pesquisa mais aprofundada dentro de políticas de formação de professores em nível superior e de avaliação em larga escala- IDEB.

Outro aspecto relevante que observamos é que dentre os autores de referência das 31 teses e dissertações analisadas podemos citar os que têm permeado os trabalhos: Nóvoa, Saviani, Manacorda, Gatti, Severino, Frigotto, Geraldi, Triviños, Soares Freitas, Britto, Sobrinho, Lima, Gadotti, Baktin, Schneider e Nardi, Puentes, Libâneo, Sacristán, Shiroma – Evangelista, Souza, Silva, Afonso, Bonamigo, Werle, Rawls, Torres, Sanders, Freire, Bordieu, Barreto, Costa- Ferrão, Bauer, Tedesco, Schwartzman, Gentili, entre outros. Esses autores estão na referência das metodologias utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, bem como na fundamentação teórica dos conceitos e/ou conhecimentos construídos.

Analisando os resumos dos 31 trabalhos científicos podemos observar que estes versam sobre a história da educação brasileira; as políticas de formação de professores que enaltecem mudanças e reformas contínuas, todavia, não chegaram a um padrão encorpado de preparo docente para resolver ou amenizar os problemas ainda enfrentados na educação escolar brasileira; avaliação externa ou avaliação em larga escala e a dinâmica que a envolve, seus objetivos e resultados; e a democracia permeando as ações educativas e a garantia de qualidade como um dos princípios da educação.

Com as mudanças desenfreadas que vem ocorrendo neste período das últimas duas décadas nas políticas educacionais brasileiras temos percebido implicações diretas no que tange a formação de professores, tanto na formação superior inicial como a formação continuada. Considerando a universidade como um lócus de formação para além da universalização do saber. Mudanças quanto ao papel social do professor e do campo referencial na área da educação provocando outras concepções mais atuais. Além de terem reorganizado a estrutura do sistema educacional que exige de todos os envolvidos a obtenção de resultados que é a aquisição das habilidades propostas através de legislações educacionais e comprovados através de avaliações em larga escala.

Esta avaliação em larga escala através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB incrementada como política de regulação do estado e legitimação de qualidade. Esta é planejada, aplicada e avaliada por uma equipe externa a instituição que o estudante frequenta. Porém cabe aos professores absorver os dados desta pesquisa para reorganizar seu planejamento, afim de trazer presente a realidade concreta que se vive e a necessidade de obter o índice desejado.

Em seguida traremos uma breve análise dos achados da pesquisa, levando em consideração as políticas de formação de professores no curso de pedagogia, a avaliação em larga escala e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB.

Percebemos que *as políticas de formação de professores* são muito pesquisadas em âmbito nacional e estão inclusas nos cursos de mestrado e doutorado das cinco regiões

brasileiras. Esta afirmação é possível devido ao número grande de publicações que surgem ao pesquisarmos nos acervos científicos disponíveis. Esta palavra-chave está contida em pesquisas de várias vertentes, seja na educação básica como no ensino superior, diante da necessidade de se ter profissionais da educação de qualquer nível ou função com formação de qualidade.

Segundo Libâneo, ainda há muito para se fazer para aproximar a formação do professor com a prática no “chão” da escola.

há uma distância considerável entre as políticas educacionais, a legislação educacional, a pesquisa acadêmica e o que acontece na realidade das escolas, isto é, no ensino, no trabalho cotidiano dos professores, na aprendizagem dos alunos. (Libâneo, 2008, p. 168).

Considerando o descritor *avaliação em larga escala* podemos observar que os trabalhos que versam sobre esse assunto em sua grande maioria, destacam que é uma política de governo que faz parte de um sistema educacional. Visando a regulação por parte do estado, observando a aplicação e cumprimento de metas, com destaque na qualidade do ensino. Todavia, há alguns resultados de trabalhos que deixam transparecer em sua pesquisa o quão é preocupante uma formação educacional voltada ao quesito quantitativo. Diante de uma realidade na qual, compete ao professor planejar a aula visando cumprir com o desenvolvimento das habilidades e competências estipuladas a nível nacional, além de uma quantidade mínima de conteúdos necessário por ano/série.

Werle (2010) descreve a avaliação em larga escala como sendo um processo amplo que objetiva verificar os resultados gerais dos sistemas de ensino. Os resultados obtidos nas avaliações em larga escala, auxiliam aos que articulam as políticas públicas na reflexão sobre os “fracassos e avanços” obtidos nos testes padronizados. Destaca ainda, no entanto que as avaliações em larga escala não substituem as avaliações de aprendizagem na sala de aula ou avaliações institucionais.

Diante disso podemos constatar que o estado avaliador tem se feito presente nas políticas de formação de professores e também nos cursos de pedagogia, avaliando diretamente o curso e indiretamente a atuação deste professor egresso do curso na atuação em sala.

Quanto ao *IDEB* este é um tema que também há muita produção científica destes últimos quatro anos de pesquisa. É um assunto que possui bastante visibilidade dentro da legião de universitários que observam o cotidiano escolar em relação ao planejamento, aplicação e avaliação do IDEB. Este é calculado com dados da aprovação escolar, que são adquiridos através do Censo Escolar que acontece todos os anos e médias de desempenho nas avaliações aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa- INEP através da Prova Brasil (5º ano) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB (9º ano).

Podemos notar que o ensino, a qualidade e a produtividade, tendo como referência o conceito econômico de relação custo/benefício, está presente na realidade do Brasil há muito tempo. Mesmo que a legislação contemple a qualidade da educação, a avaliação padronizada tem se mostrada muito pontual demonstrando que a escola pública não consegue garantir domínios mínimos de leitura, escrita e cálculo. Segundo Pinto:

o atual sistema chamado de avaliação [...], mas que na verdade não passa de um conjunto de testes padronizados de português e matemática, é claramente insuficiente para aferir a qualidade da educação oferecida pelos sistemas de ensino, mesmo considerando os limites dos objetivos postos pela legislação. (Pinto, 2008, p. 59).

Refletir sobre as políticas de formação de professores na pedagogia e de avaliação em

larga escala- IDEB é uma ação necessária, principalmente em se tratando da formação inicial. A ação docente tem permitido um observar sob aspectos objetivos e subjetivos que se desenvolvem ao longo do tempo, além da dinâmica da experiência prática. Desta forma, o contato com a prática no início da formação para a docência se faz necessário para que o professor se reconheça na profissão e consiga relacionar a teoria com a prática.

A relação professor-aluno também é algo a ser considerado pelo professor, pois é através dela que se alcança o domínio de turma, se criam vínculos e se estabelece uma relação horizontal de construção de conhecimento e que facilitam o processo de ensino e aprendizagem. Perante estas reflexões podemos considerar a pesquisa em políticas de formação de professores do curso de pedagogia como um tema de extrema relevância nos dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores. Avaliação externa – IDEB. Estado do conhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, Pierre Félix. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, agosto/2002.

LIBÂNIO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão do funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 32, p. 168-178, dez 2008.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PINTO, José Marcelino Rezende. O custo de uma educação de qualidade. In: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Org.). Política educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008.

SOARES, Magda. Alfabetização no Brasil – O Estado do conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Avaliação em larga escala: foco na escola. 1ª ed. São Leopoldo; Brasília: Oikos; Liberlivro, 2010, v., p. 21-36.

ZANTEN, Agnés Van. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.22, n.01, p. 25-45, jan/jun 2004.